

Empresários projetam recuo em exportações

Pela primeira vez no ano, empresários industriais preveem queda das vendas externas para os próximos seis meses

MICHEL POZZEBON

michel.pozzebon@gruposinos.com.br

Os empresários da indústria passaram a projetar queda das exportações nos próximos seis meses. É o que mostra a Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no dia 23 de junho. A perspectiva de recuo das exportações ocorre após o Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) propor novas tarifas sobre produtos brasileiros.

Em junho, o índice de expectativa de quantidade exportada caiu de 51,2 pontos para 49,7 pontos. O indicador, que antes apontava perspectiva de alta das exportações, passou a mostrar expectativa de queda para os próximos seis meses, algo que ainda não havia ocorrido em 2026.

“Embora a taxação proposta ainda não esteja confirmada, a possibilidade de isso ocorrer mexe com as expectativas dos empresários em relação às exporta-

ções, uma vez que os Estados Unidos são o principal destino dos produtos industriais brasileiros”, afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Os índices de expectativa de compra de insumos e de demanda por produtos também caíram. O primeiro diminuiu 0,9 ponto, de 52,6 pontos para 51,7 pontos, enquanto o segundo recuou 0,7 ponto, caindo de 53,4 pontos para 52,7 pontos. Apesar do resultado, ambos os índices continuam acima da linha de 50 pontos, indicando que os industriais esperam aumentar a compra de matérias-primas e alta na demanda por bens industriais nos próximos seis meses, embora de forma menos intensa e disseminada entre as empresas.

A perspectiva de contratação de trabalhadores manteve-se moderada. O índice de expectativa de número de empregados passou de 50,4 pontos para 50,5 pontos.



Industriais avaliaram mercado externo em pesquisa da CNI

PRODUÇÃO E EMPREGO

Diante de expectativas em queda, os empresários diminuíram a intenção de investir. O índice que mede a intenção de novos aportes caiu 1,3 ponto em junho, de 54,8 pontos para 53,5 pontos, revertendo a alta de 1,1 ponto registrada em maio. Ainda assim, o indicador está 0,9 ponto acima da média histórica. Em maio, o índice de evolução da produção industrial subiu 2,2 pontos, chegando aos 48,9 pontos. No entanto, permanece abaixo da linha de 50 pontos, indicando queda da atividade em relação a abril. Nos cinco primeiros meses do ano, a produção industrial só avançou em março. Já o índice de evolução do número de empregados caiu 0,3 ponto, para 48,4 pontos. Isso significa que os empresários apontaram redução do total de trabalhadores do setor em relação a abril. O indicador está abaixo da linha de 50 pontos há 16 meses, sinalizando retração dos postos de trabalho do setor.

Embarques de couro caem 7,3% em valor

As exportações brasileiras de couros e peles somaram US\$ 89,5 milhões em maio de 2026, segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e compiladas pelo Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB). O resultado apresentou uma queda de 7,3% em comparação a maio de 2025. O recuo também foi registrado em relação a abril deste ano (-5,1%), mês em que os embarques haviam somado US\$ 94,3 milhões.

Em volume, as vendas externas chegaram a 13,9 milhões de metros quadrados e 49,4 mil toneladas. Os nú-

meros representam queda de 6,3% na área exportada e aumento de 9,8% no peso frente ao mesmo mês do ano passado. Na comparação com o mês anterior, porém, foram registradas retrações de 13,0% em metragem e de 11,6% em tonelagem.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2026, as exportações atingiram US\$ 450,8 milhões, valor 7,8% inferior ao registrado no mesmo intervalo de 2025. No período, a área exportada recuou 4,2% e o peso avançou 3,4%.

Nos primeiros cinco meses de 2026, a China (sem Hong Kong) permaneceu como principal destino dos



Em maio foram exportadas quase 50 mil toneladas

couros brasileiros, representando 29,3% das exportações totais do setor. Apesar da liderança, houve retração de 9,8% em valor e de 3,6% em área, frente ao mesmo período do ano passa-

do. A desaceleração, segundo análise do CICB, “reflete o ambiente ainda cauteloso da indústria chinesa de manufaturados, especialmente dos segmentos de calçados e estofados”.

MACROECONOMIA

Por Orlando Assunção Fernandes*



Uma nova ameaça tarifária

O anúncio de que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) planeja aplicar uma sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, com base na Seção 301 da Lei Americana de Comércio, pegou de surpresa o governo brasileiro e os agentes do setor produtivo.

Segundo a autarquia, a medida é uma contrapartida a supostas práticas “discriminatórias” do Brasil. Entre as acusações estão a suposta proteção ao Pix em detrimento as operadoras de cartões dos EUA; decisões judiciais contrárias e censura sobre redes sociais americanas; desmatamento ilegal; bem como as assimetrias no mercado de etanol.

O USTR, contudo, prometeu poupar uma lista de produtos brasileiros que ficarão livres dessa sobretaxa. São eles: café, soja, cereais, frutas, sucos, algumas carnes, petróleo, fertilizantes, além de insumos farmacêuticos e as aeronaves da Embraer.

Todavia, o cenário exige cautela para os demais setores, como a cadeia coureiro-calçadista brasileira. O setor possui uma relação histórica e consolidada com o mercado norte-americano, que figura como importante comprador de calçados e artefatos de couro nacionais.

Diante da atual realidade, a aplicação do “tarifaço” anunciado pelo USTR representaria um desafio relevante à competitividade do calçado brasileiro frente aos concorrentes asiáticos.

Se esta nova alíquota de importação for realmente aplicada ao setor, será necessária uma rápida adaptação nas estratégias destas fábricas ao novo cenário, haja vista que calçados e os demais artefatos de couro brasileiros sofrerão um reajuste forçado no preço final ao consumidor dos EUA.

O certo é que este momento exige uma verdadeira corrida técnico-diplomática para reverter ou ao menos suavizar os termos da proposta do escritório comercial americano.

O prazo dado pelo USTR para os setores/governo solicitarem participação nas audiências públicas vai até 22 de junho e o envio de contestações deve ocorrer até 1º de julho. As audiências presenciais estão marcadas para o dia 6 de julho e a aplicação definitiva das tarifas está prevista para o dia 15 de julho de 2026.

Diante deste contexto, o governo federal deve manter canais de comunicação abertos, bem como buscar sensibilizar a gestão de Donald Trump sobre o impacto econômico negativo para os dois países derivados da aplicação desta sobretaxa.

Já para as lideranças do setor coureiro-calçadista, as semanas vindouras devem se constituir em uma janela crucial para demonstrar o valor e a importância de sua cadeia de suprimentos e tentar incluir seus produtos na lista de isenções tarifárias do USTR antes do prazo final de 15 de julho de 2026.

Enquanto isso não acontece, e para mitigar os riscos de ociosidade e o impacto negativo na lucratividade do setor, as empresas brasileiras devem focar na diversificação de mercados internacionais e no fortalecimento do consumo interno, o que, aliás, já vem sendo feito por algumas empresas do setor.

*Economista, Mestre em Economia Política e Doutor em Teoria Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).